

LIVRES E NOBRES PARENTES DE ESCRAVOS (RECÔNCAVO DA GUANABARA, FREGUESIA DE SÃO GONÇALO, RJ, SÉCULO XVII)

JÚLIA RIBEIRO AGUIAR*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a formação de redes de parentesco entre livres e nobres da terra e entre estes e suas escravarias numa freguesia rural do Rio de Janeiro em meados do seiscentos. Pretende-se demonstrar que o estabelecimento de relações de compadrio entre famílias da nobreza da terra refletia-se também na conformação das redes de seus cativos, que acabavam por ter o alcance de suas relações limitadas pelas de seus senhores. As redes horizontais entre senzalas pertencentes a famílias aliadas e o parentesco vertical entre estes sujeitos da nobreza e escravos não apenas consolidava consórcios entre nobres como ratificava seu *status* perante o grupo e corroborava sua legitimidade social no interior das escravarias.

Palavras-chave: redes, parentesco, escravidão.

Abstract: This article aims to analyze the formation of kinship networks between free man and landed nobility and between them and their slaves at a rural parish of Rio de Janeiro in the mid-seventeenth century. We intend to show that the establishment of kinship relations between the families from landed nobility also reflected in the formation of networks of their captives, which had the scope of their relations limited by their masters. Horizontal networks between slave quarters belonging to allied families, and the vertical relationship between these individuals nobility and slaves not only consolidated consortia between noble but also ratified its *status* to the group and its social legitimacy within the slaves.

Keywords: networks, kinship, slavery.

Entre 1650 e 1660, Dona Isabel Tenreira da Cunha e o Capitão Luís Cabral de Távora¹ batizaram quatro dos 11 filhos na paróquia de São Gonçalo, e em todas estas ocasiões, foram

Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2016 e aprovado para publicação em 23 de outubro de 2016.

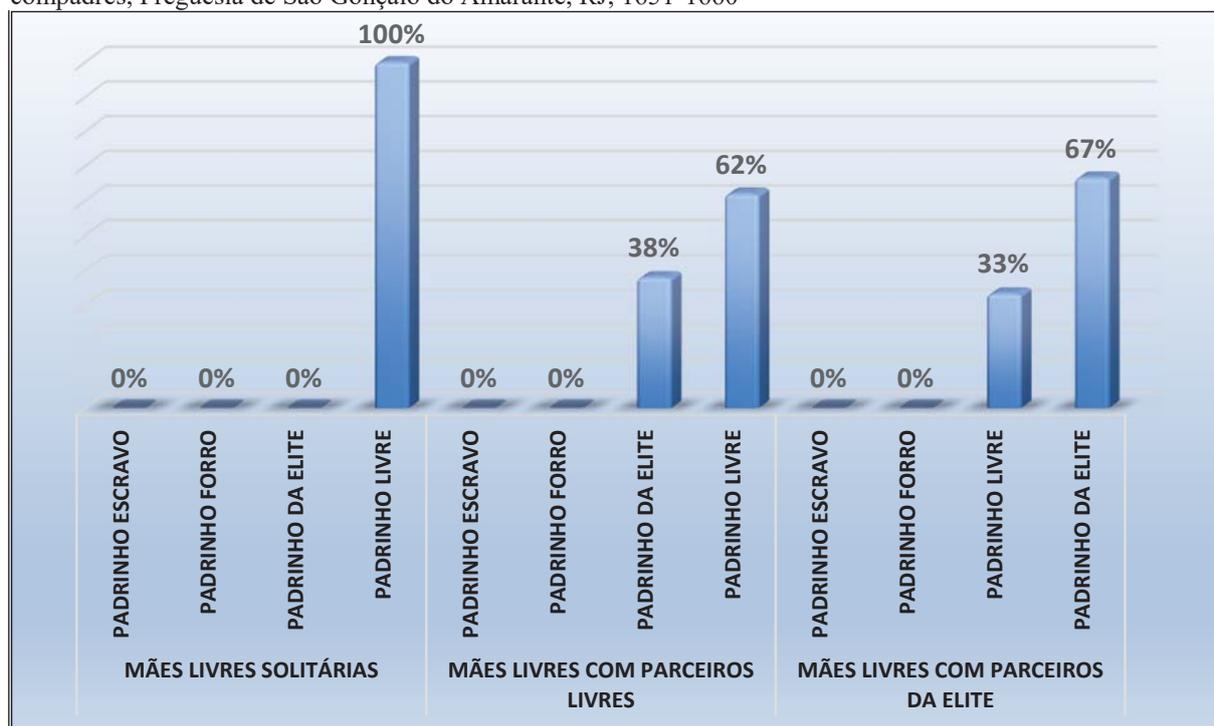
* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista do CNPq. E-mail: juliaribeiroaguiar@gmail.com

¹ Cabral de Távora pertencia à linhagem dos Arias Maldonado, uma das primeiras a receber sesmarias na região de São Gonçalo. Seu avô, o Capitão Miguel Ayres Maldonado, foi agraciado em 1605 pelo então governador Martim Correia de Sá com terras na região, após atuar em guerras e no apresamento de índios. Cf: AGUIAR, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2015.

escolhidos como padrinhos sujeitos também oriundos da nobreza da terra. De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no ato do batismo os padrinhos contraíam parentesco espiritual com aquele que escolheram apadrinhar, tal como com seus pais.² Apadrinhar significava estabelecer um pacto de proteção diante de Deus, e no Antigo Regime, este compromisso poderia resultar em benefícios materiais para os afilhados, fosse em vida ou após a morte do padrinho, através de doações testamentárias; e poderia significar igualmente a inserção do protegido em redes clientelares, políticas e/ou matrimoniais.³

Assim sendo, membros das principais famílias da terra buscavam reforçar e ampliar redes de sociabilidade através da escolha de padrinhos poderosos para suas crias. No gráfico abaixo, temos as escolhas de padrinhos entre as mães livres de São Gonçalo segundo seu *status* marital na década de 1651-1660. Nele, vemos que Isabel Tenreira e Luís Cabral não foram os únicos a buscar bons padrinhos para suas crianças: todas as 90 mães livres distintas da freguesia elegeram compadres livres para batizar seus filhos.

Gráfico 1: Porcentagem de mães livres distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, Freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660



Fonte: ACMN, livro de batismo de livres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

Quadro 1: número de mães livres distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, Freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660

² VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. pp.138-139.

³ OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. "Transmitindo patrimônios e administrando engenhos no Rio de Janeiro colonial: o caso dos Sampaio e Almeida e o Engenho Rio Grande". In: *Retratos de família*, p. 174-269.

MÃES LIVRES SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DE SEUS PARCEIROS	CONDIÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DOS COMPADRES	Nº DE REGISTROS DE BATIZANDOS
MÃES LIVRES SOLITÁRIAS	PADRINHO ESCRAVO	0
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	4
	PADRINHO DA ELITE	0
	TOTAL	4
MÃES LIVRES COM PARCEIROS LIVRES	PADRINHO ESCRAVO	0
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	44
	PADRINHO ELITE	27
	TOTAL	71
MÃES LIVRES COM PARCEIROS DA ELITE	PADRINHO ESCRAVO	0
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	5
	PADRINHO DA ELITE	10
	TOTAL	15

Fonte: ACMN, livro de batismo de livres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

É preciso definir quem considere como parte da categoria “elite”. O conceito de “nobreza da terra” mostrava-se aqui inadequado, haja vista que nem todos os senhores de engenho ou capitães de ordenanças descendiam dos primeiros conquistadores e povoadores da capitania. Assim sendo, utilizo o conceito de “elite” tal como sugerido por Thiago Krause para aludir

aos membros da açurocracia (senhores de engenho, lavradores ricos e seus parentes próximos), irmãos de maior condição das Misericórdias, os principais oficiais camarários e os detentores dos mais altos postos na administração periférica, na tropa paga e, principalmente, na ordenança, pois seus oficiais estão entre as figuras mais presentes no cotidiano das freguesias rurais.⁴

Do total apresentado, portanto, temos que, dos 86 casais formados (mães livres distintas com pais livres nomeados), em oito deles ambos os membros eram da elite, ou seja, apresentavam algum título – *dona* no caso das mulheres – ou estavam ligados à posse de terras e escravos; em sete apenas o pai apresentava titulação; e em 17 somente a mãe fora registrada como *dona*, o que nos dá um total de 32 famílias pertencentes ao estrato social superior daquela localidade (37%). Se filtrarmos apenas estas 32 famílias, constatamos que em 19 delas (59%),

⁴ KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 292.

o padrinho ou a madrinha, ou ambos, também eram donas e capitães procedentes desta mesma elite.

Tais dados nos mostram que não era apenas através de alianças matrimoniais endogâmicas que a nobreza da terra (e demais membros da elite) mantinha e reproduzia seu *status*. As relações de compadrio também reforçavam as ligações eventualmente feitas via matrimônio entre membros de famílias senhoriais, assim como atuavam no sentido de expandir suas redes de sociabilidade.

Entendo por rede “um complexo sistema de vínculos que permitem a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, no marco das relações estabelecidas entre seus membros”, tal como definiu Michel Bertrand.⁵ Esta rede se caracterizava, ainda, por relações fragmentadas, estruturadas não em torno a um núcleo central, mas em torno de vários centros que geram uma *estrutura polinodal*, construída no interior de um grupo que tem uma existência prévia à rede e que serve de apoio a estas relações entre os membros dela.⁶

Estas redes, portanto, fossem construídas através de alianças matrimoniais ou do parentesco fictício, implicavam em um enraizamento social e político desta elite agrária na freguesia. Isso reiterava não somente uma hierarquia social de caráter costumeiro, como o *ethos* desta nobreza, que desprovida de títulos e foros de fidalguia titular do reino, legitimava-se socialmente através de parentescos rituais e relações clientelares.⁷

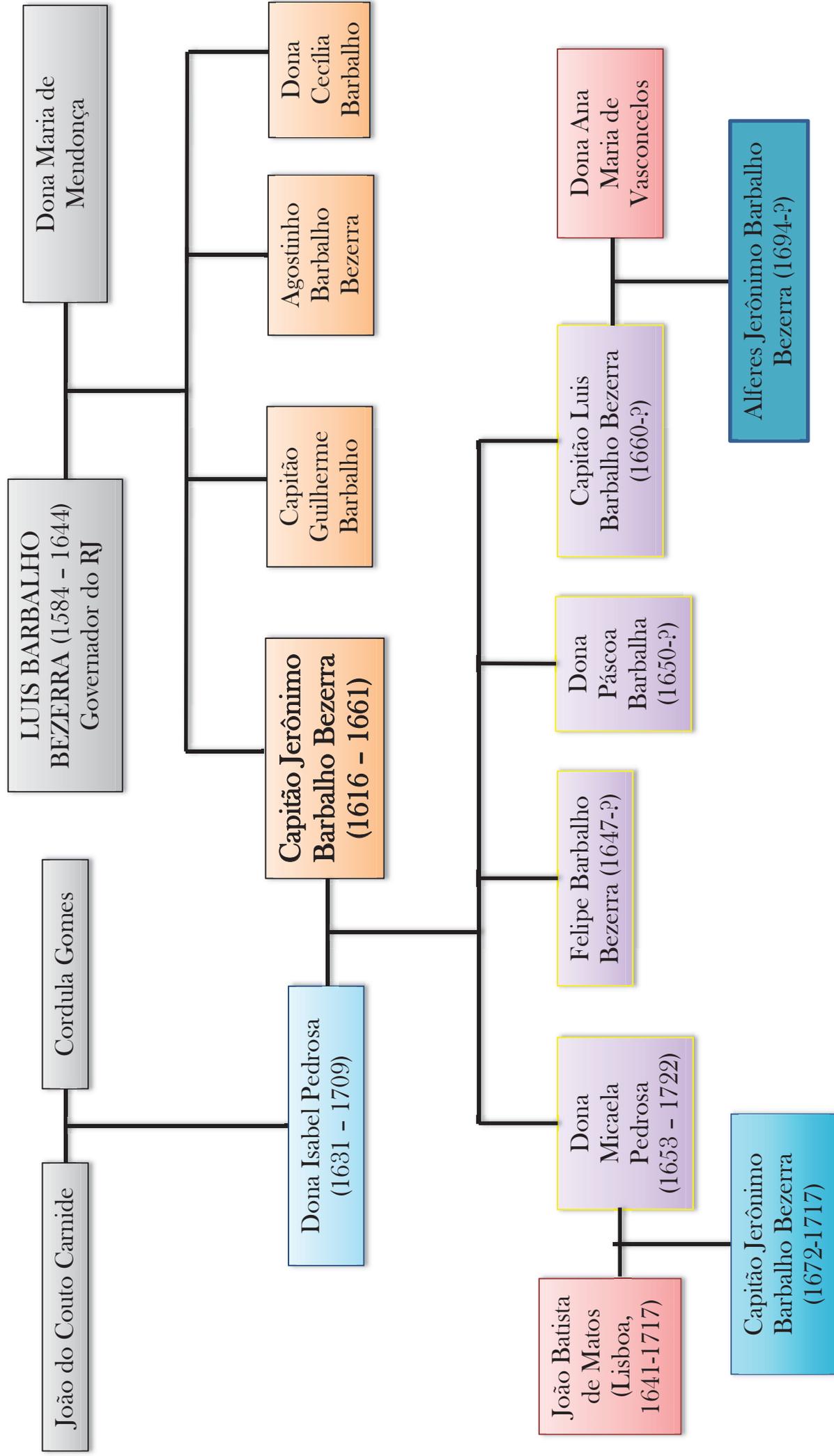
Através dos registros de batismo de livres e escravos da freguesia de São Gonçalo, é possível reconstruir partes dessas redes. O Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, nascido em 1616, era filho de Luis Barbalho Bezerra, governador do Rio de Janeiro entre 1643 e 1644, o que o colocava no seletivo grupo de fidalgos da terra. Em 1644, casou-se com Dona Isabel Pedrosa, filha de João do Couto Carnide e Córdula Gomes, com quem teve seis filhos.

⁵ BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 61, nº 2, abril-junho 1999, p. 62.

⁶ Idem, p. 61.

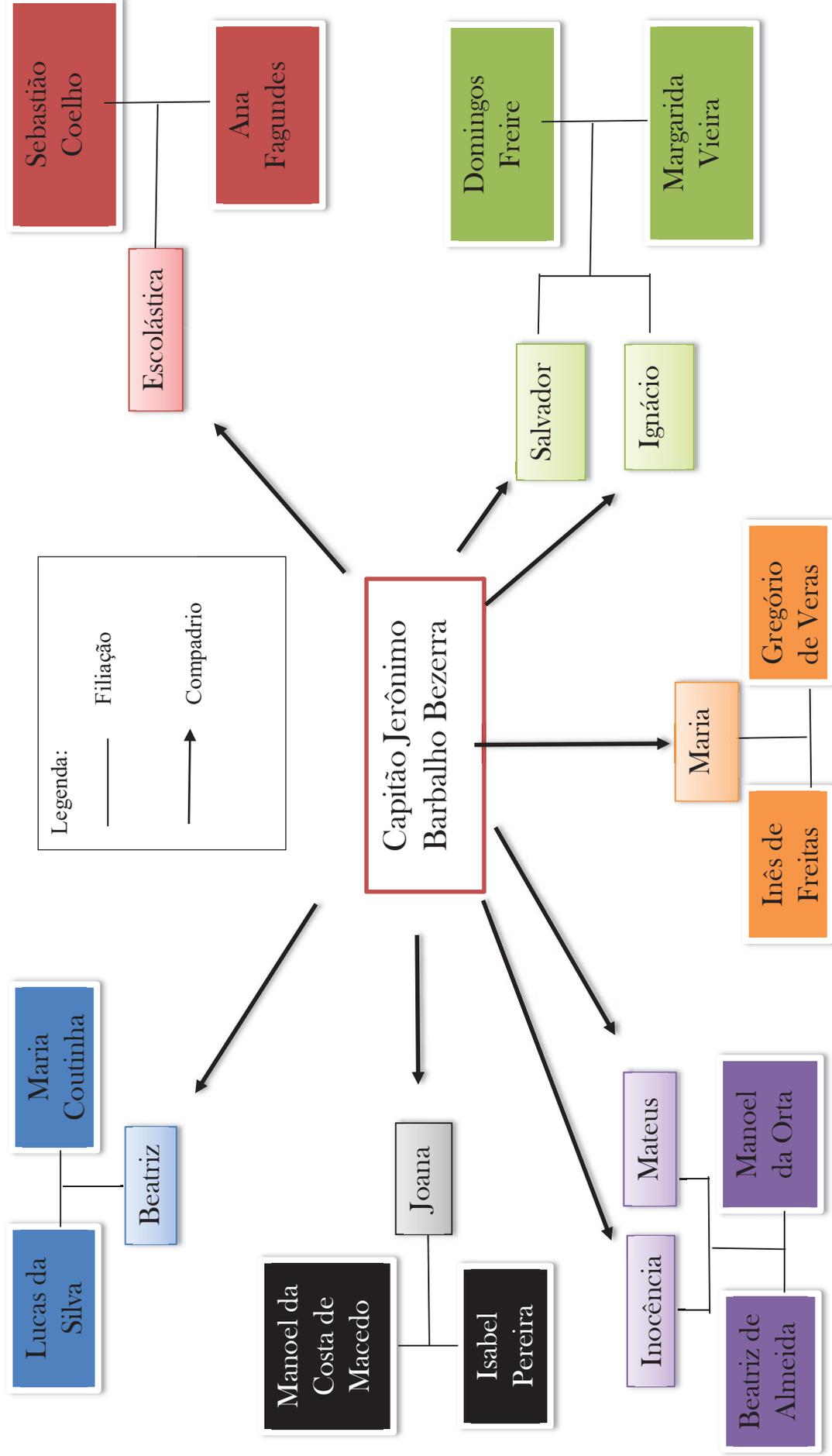
⁷ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio... In: _____; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Figura 1: Genealogia dos Barbalho Bezerra*, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, século XVII



* A família extensa dos Barbalho Bezerra é muito maior do que a aqui representada. Procurei reproduzir alguns de seus membros socialmente mais notáveis.

Figura 2: Redes de compadrio de Jerônimo Barbalho com livres e senhoriais, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, século XVII



Nos registros de batismo de livres da freguesia de São Gonçalo, Jerônimo aparece como padrinho de 14 rebentos, filhos de 12 casais distintos de livres e senhoriais, ao lado de madrinhas donas, registradas costumeiramente como filhas e/ou esposas de membros da elite da terra, que o conectavam, pelo menos, a outras cinco famílias senhoriais distintas, como ilustra parcialmente a figura 2.

Jerônimo Barbalho apadrinhou, por exemplo, Beatriz, filha de Manoel Alvares e Dona Úrsula. Manoel Alvares, por sua vez, foi padrinho de um dos filhos do senhor de engenhos Manoel da Orta, tendo este último elegido como padrinho de seus outros dois filhos o capitão Jerônimo Barbalho.

Jerônimo batizara também Joana, filha de Dona Isabel Pereira e do capitão de infantaria Manoel da Costa de Macedo, cujo segundo filho (de um total de cinco), foi apadrinhado por Domingos Freire, que por sua vez elegera Jerônimo duas vezes como padrinho de seus filhos. Assim, Jerônimo estendia suas redes aos Freire e à família Costa de Macedo, mas também à família do senhor de engenho Manoel Gomes Brabo, cuja esposa Joana Gonçalves fora madrinha no batizado da filha de Costa Macedo.

Manoel Gomes Brabo e Joana Gonçalves, ao levarem seus seis filhos à pia de batismo, optaram por padrinhos e madrinhas pertencentes ao alto escalão da elite, portanto, donas, capitães e senhores de engenho da freguesia. Dentre os eleitos, como Simão Botelho de Almeida, o capitão Hipólito Lopes Serqueira e Dona Ana Fagundes, esposa do capitão Sebastião Coelho, estava Dona Isabel Pedrosa, esposa do capitão Jerônimo Barbalho.

Por sua vez, o capitão de infantaria Hipólito Lopes Serqueira e sua esposa Dona Joana, ao batizarem Salvador, filho único, registraram Joana Gonçalves como madrinha. Já as filhas de Sebastião Coelho e Ana Fagundes foram também apadrinhadas por Manoel Gomes Brabo e Jerônimo Barbalho. O mesmo Simão Botelho de Almeida foi padrinho de uma das filhas de Dona Marta de Freitas e do senhor de escravos Domingos Dias. Dias apadrinhou um dos filhos do senhor Gregório Veras, que como vemos na figura 3, elegera também Jerônimo Barbalho como padrinho de sua outra filha.

Se mapearmos parte destas relações de compadrio mencionadas, temos a seguinte esquematização:

A esta altura o leitor já terá certamente “se afogado em nomes”.⁸ O intuito deste emaranhado de nomes, contudo, não é dissertar sobre as infindáveis genealogias originadas pelos primeiros povoadores desta terra e senhores de terra e cativos, até porque este labirinto de laços de compadrio entre membros da elite se traduz, na verdade, num pequeníssimo fragmento de uma rede praticamente inesgotável de relações.

Meu propósito com isto é de reafirmar a existência de um *ethos* da nobreza da terra baseado em uma hierarquia social costumeira, materializada em relações de proteção construídas *sob e entre* as *casas*.⁹ Assim, as filhas de Sebastião Coelho e Ana Fagundes, por exemplo, não estavam socialmente amparadas somente por seus laços de parentesco sanguíneo com os Coelho e os Fagundes; elas contavam, em realidade, com uma vasta rede de proteção sob a *casa* dos Barbalho Bezerra e a dos Gomes Brabo.

Neste momento, devemos frisar que a sociedade seiscentista em que viviam os Barbalho Bezerra, os Lopes Serqueira, os Costa de Macedo etc., era gerida por uma economia regulada pela política. Isto porque esta mesma elite da terra que fora responsável pela conquista e povoamento da capitania e pela montagem da economia açucareira dominava também o governo da República através de cargos de mando na Câmara concedidos pela Coroa como mercês, o que resultava em intensas disputas entre diferentes bandos da nobreza.¹⁰

Desse modo, o capital excedente gerado pela *plantation* açucareira era monopolizado pelas próprias famílias senhoriais, que estavam simultaneamente à frente dos engenhos e do governo da câmara. Esta acumulação resultava, por um lado, em mais engenhos de açúcar, e por outro, era utilizada para manutenção e sustento da própria monarquia. Estamos falando, destarte, de uma

⁸ Referência ao artigo de João Fragoso. FRAGOSO, João. Afogando em nomes. Temas e experiências em história econômica. *Topoi*, vol. 5, dezembro 2002, p. 41-70.

⁹ Entendo por *casa* a definição utilizada por Nuno Gonçalo: uma fundação por meio de um indivíduo que se destaca na família e reproduz seu nome, status e todo aparato – baseada em Pierre Bourdieu, segundo o qual a concepção de família está estritamente vinculada ao conceito de casa, unidade doméstica (*house, household*) e para quem família é, antes de tudo, uma ideologia política, uma configuração valorizada das relações sociais e, fundamentalmente, uma construção da realidade social coletiva. MONTEIRO, Nuno G. Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII, In: *Penélope – fazer e desfazer a História*, nº. 12, 1993. BOURDIEU, P. *Razões Práticas*, Campinas: Papyrus Editora, 1996, p. 124-133.

¹⁰ Sobre o conceito de “bando”, ver: FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 15, 2003, p. 11-35.

economia do bem comum, conceito cunhado por João Fragoso para denominar este conjunto de mecanismos de acumulação econômica derivados da política.¹¹

Portanto, o estabelecimento de laços de proteção e lealdade (tal como as estratégias matrimoniais) entre as *casas* visava não apenas à assistência e legitimidade social, como também abrigava uma série de interesses políticos e econômicos. Este enredar de relações de parentesco e amizade com a política, que por sua vez entrecruzava-se com a economia, se evidencia também pelas redes do capitão Jerônimo Barbalho.

Em 1651, Jerônimo Barbalho aparece como padrinho de Salvador, filho de Domingos Freire e Dona Margarida Vieira, tendo ao seu lado como madrinha Dona Catarina de Barros, esposa do capitão Francisco Barreto Faria. Senhor de engenho e vereador da Câmara, Francisco Barreto era conhecido como um dos maiores potentados da freguesia.¹² Como sugere a complexa teia de compadrios da figura 3, e o fato de Jerônimo Barbalho vir a ser, poucos anos depois, padrinho do segundo filho de Domingos Freire, tal cerimônia de batismo estava promovendo a reiteração de redes de amizade e proteção que provavelmente já interligavam estes sujeitos há mais tempo.

O capitão Jerônimo Barbalho faleceu dez anos depois, e encontrei para o ano de 1662 uma escritura de quitação

que dá o Capitão Francisco Martins Soares, como administrador da Companhia Geral do Comércio, ao Capitão Francisco Barreto de Faria – Diz que está pago da quantia de 850\$000 que lhe era devedor o Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, ora defunto, procedidos de 18 peças de escravos do Gentio de Guiné que o dito defunto lhe havia comprado.¹³

Jerônimo Barbalho tinha, portanto, uma dívida de 850\$000 com Francisco Barreto oriunda da compra de escravos africanos (não se sabe a data). Ou seja, os parentescos fictícios e as redes de amizade eram aqui novamente endossadas, dessa vez por relações de ordem econômica.

O apadrinhamento por fidalgos da terra de crianças nascidas em outras famílias senhoriais configurava alianças horizontais e atuava como estratégia de manutenção e reprodução do *status*

¹¹ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: _____; BICALHO, Maria Fernanda B; GOVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

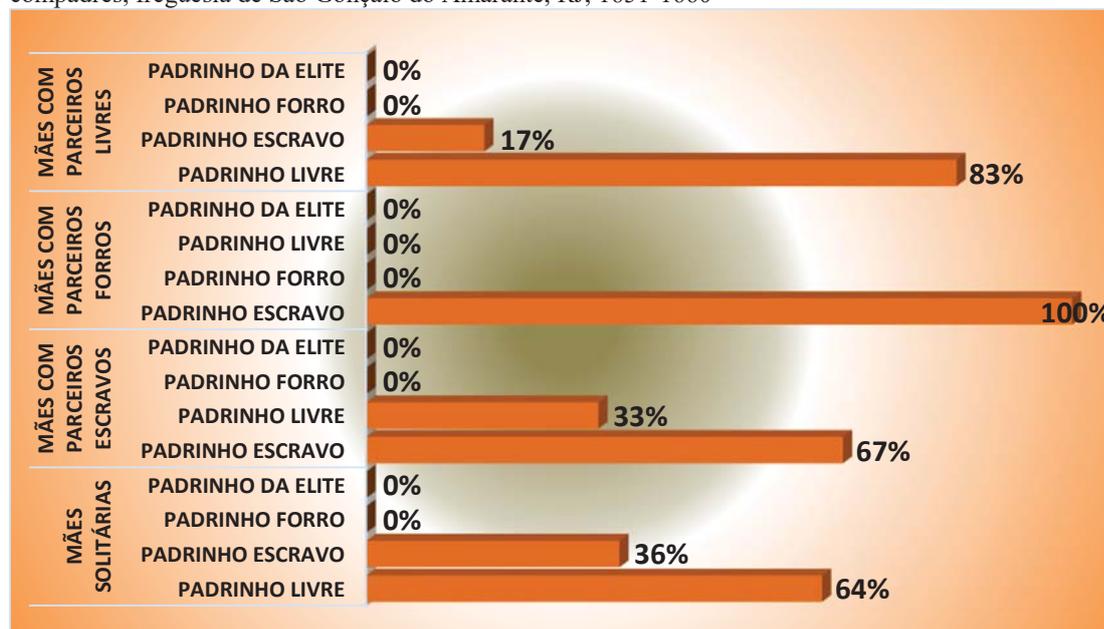
¹² RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965, p. 222.

¹³ 02/03/1662. AN, 1ON, 44, p. 116 Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>. (Consulta em 24/11/2016).

desta nobreza, ao mesmo tempo em que reforçava uma hierarquia social de base costumeira, informada pelo parentesco ritual.

Entretanto, a expansão das redes e da legitimidade social deste grupo não passava somente pelo batismo de livres, mas também pelo dos escravos:

Gráfico 2: Porcentagem de mães escravas distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660



Fonte: ACMN, livros de batismos de escravos, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

Quadro 2: número de mães escravas distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660

MÃES ESCRAVAS SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DE SEUS PARCEIROS	CONDIÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DOS COMPADRES	Nº DE REGISTROS DE BATIZANDOS
MÃES ESCRAVAS SOLITÁRIAS	PADRINHO ESCRAVO	20
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	36
	PADRINHO DA ELITE	0
	TOTAL	56
MÃES ESCRAVAS COM PARCEIROS ESCRAVOS	PADRINHO ESCRAVO	154
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	75
	PADRINHO DA ELITE	0
	TOTAL	229
MÃES ESCRAVAS COM PARCEIROS FORROS	PADRINHO ESCRAVO	2
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	0
	PADRINHO DA ELITE	0
	TOTAL	2
MÃES ESCRAVAS COM PARCEIROS LIVRES	PADRINHO ESCRAVO	12
	PADRINHO FORRO	0
	PADRINHO LIVRE	60
	PADRINHO DA ELITE	0
	TOTAL	72

Fonte: ACMN, livros de batismos de escravos, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

O gráfico e quadro acima mostram as escolhas de padrinhos entre mães escravas com pais de diferentes condições jurídicas em meados do século XVII. Neles vemos que a presença de padrinhos livres foi expressiva entre as mães escravas solitárias (64%), isto é, mães que não nomearam os pais de seus filhos.

Poderíamos aventar como hipótese que isto se devia à probabilidade de alguns destes padrinhos serem em realidade pais destas crianças, e na impossibilidade de reconhecê-las e legitimá-las perante a Igreja, encontraram no compadrio uma forma de protegê-las. Isso de fato ocorria.¹⁴ Contudo, tomar tal suposição como conclusiva seria simplificar fenômenos muito complexos.

Não era apenas o *status* marital das escravas que determinava o alcance de suas redes. Esse era um dos traços, que em combinação com outros como o sobrenome (se o cativo usava ou não o

¹⁴ FARINATTI, Luís Augusto E. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845). In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História Social em Registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 121-144.

sobrenome de seu proprietário), e a cor (parda, preta, cabra), “formavam um cabedal de relações sociais que serviam de critérios para a estratificação nas senzalas e diante da sociedade.”¹⁵

Como o leitor já terá percebido, até o momento nenhuma de minhas análises leva em consideração o fenômeno da cor. Isto deve-se ao silêncio sepulcral de cor nos assentos de batismo de São Gonçalo seiscentista. A cor só começaria a aparecer em princípios do século XVIII, e teve papel crucial na reiteração das hierarquias costumeiras da freguesia.

No caso das mães escravas que nomearam como pais de seus filhos homens também escravos, a participação de padrinhos livres é de 33%, ao passo que o número de padrinhos escravos alcança a cifra de 67%. Esta cifra é muito semelhante a que encontrou José Roberto Góes para a freguesia de Inhaúma, região também rural da capitania do Rio de Janeiro, onde 65% dos escravos batizados tinham padrinhos da mesma condição. Para Góes, esta alta percentagem de escravos apadrinhando outros escravos era um fenômeno típico das grandes escravarias. Nesses casos, o compadrio se configurava como um meio de inserção social dos africanos recém-chegados, proporcionando meios para formação de uma comunidade escrava.¹⁶

Hebe Mattos compartilha de perspectiva semelhante quando afirma que “do ponto de vista do escravo recém-comprado para o serviço de roça, os caminhos para conseguir no cativo um espaço mínimo de sociabilidade passavam por integrar-se à comunidade já existente de cativos, antes que buscar uma difícil e improvável aproximação com seu senhor”.¹⁷

Tendo a concordar com Góes e Mattos, já que os escravos denominados por sua origem africana, geralmente acompanhada do designativo de cor *preto(a)*, eram os mais desprovidos de expedientes que permitissem criar laços de compadrio com pessoas de *status superior*.¹⁸ Do mesmo modo, as mulheres africanas eram as que se encontravam na posição mais desvantajosa do mercado matrimonial.

¹⁵ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio... In _____; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 277.

¹⁶ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

¹⁷ MATTOS, Hebe. Uma experiência de liberdade. In: _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. São Paulo, Editora da Unicamp, p. 77.

¹⁸ AGUIAR, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII)* Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS, 2015.

De qualquer modo, o fato é que, assim como demonstrou Fragoso para a freguesia de Jacarepaguá (1701-1709), em São Gonçalo, as alianças horizontais de compadrio entre os escravos tendiam para a endogenia, pois acabavam restritas ao universo relacional de seus donos. Esta endogenia, inclusive, de acordo com Fragoso, era desejada pelos senhores, visto que as relações de parentesco e clientela entre cativos do mesmo senhor reforçava a lealdade dos primeiros e a legitimidade do segundo.¹⁹

Entre 1648 e 1660, 16 mulheres e 10 homens escravos de Jerônimo Barbalho foram à pia batismal em São Gonçalo, onde 26 crianças escravas receberam os santos óleos. Além de pais e filhos, outros 16 homens e 12 mulheres escravos de Jerônimo compareceram a várias destas cerimônias como padrinhos e madrinhas, perfazendo um total de aproximadamente 100 escravos.²⁰

Sua escravaria era composta por 15 casais escravos, duas escravas casadas com homens livres e quatro escravas solitárias. Dos 15 casais, três tiveram dois filhos, um teve três filhos e os 11 restantes apenas um. As mães solitárias e as casadas com livres também tiveram filhos únicos. Sobre os outros 18 escravos distribuídos entre padrinhos e madrinhas, não obtive nenhuma informação.

O fato de 18 escravos de Jerônimo Barbalho aparecerem como compadres dos filhos de outros escravos também pertencentes a ele já indica esta tendência à endogenia. Além disso, os assentos de batismo nos contam que os demais padrinhos e madrinhas cativos não pertencentes à escravaria de Jerônimo Barbalho eram propriedades de Córdula Gomes, sua sogra, e sujeitos como Manoel Alvares, Sebastião Coelho, Domingos de Freitas, dentre outros que, como vimos, faziam parte de uma intrincada malha de relações de compadrio e proteção.

Estas redes, portanto, atestam, primeiro: os limites das redes de sociabilidade dos escravos, “cujos compadrios podiam ultrapassar os limites das senzalas de seus donos; entretanto, não ultrapassavam as fronteiras da rede à qual seu senhor pertencia”²¹; e, segundo, o arraigamento social destas famílias senhoriais seiscentistas, cujas redes de aliança e compadrio passavam também por suas senzalas.

¹⁹ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio... In _____; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 266.

²⁰ Na ausência de inventários, torna-se muito difícil apurar corretamente o número total de escravos por proprietário.

²¹ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio... In _____; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 270.

Ao analisar a escravaria dos parentes consanguíneos e fictícios de Jerônimo Barbalho, constatamos a reciprocidade destas redes: a maioria predominante de padrinhos e madrinhas escravos presentes nos registros de batismo dos escravos de Córdula Gomes, Manoel Alvares, Domingos Freire, Simão Botelho, Manoel da Orta, Sebastião Coelho, dentre outros, se não eram propriedade deles mesmos, pertenciam à senzala de Jerônimo Barbalho.

Como outros trabalhos já demonstraram, eram pouquíssimos os casos em que o próprio proprietário apadrinhava seus escravos.²² Em pesquisas sobre Curitiba e o Recôncavo baiano no século XVIII, Stuart Schwartz verifica a quase inexistência de apadrinhamento de escravos por senhores, o que para ele comprova a incompatibilidade entre propriedade cativa e parentesco espiritual, que refletia-se no conflito de antagônicos – Igreja e escravidão – no evento singular do batismo. Segundo Schwartz,

O batismo, por representar igualdade, humanidade e libertação do pecado, simbolizava qualidade incompatíveis com a condição de escravo e apresentava uma contradição potencial que era resolvida não com a abolição da escravidão ou do batismo, mas com a manutenção em separado desses elementos conflitantes.²³

Recorro aos escritos de Padre Antônio Vieira, quando no Sermão do Rosário diz que “até nas coisas sagradas e que pertencem ao culto do mesmo *Deus, que fez a todos iguais, primeiro buscam os homens a distinção. (grifo meu)*”²⁴ Ora, a igualdade concebida no batismo diz respeito a igualdade perante Deus. Em um mundo interpretado pelos preceitos organicistas e corporativos da segunda escolástica, os homens eram *naturalmente* desiguais, e sob o signo da *casa*, os hierarquicamente inferiores deveriam permanecer sob tutela e proteção do *pater*, a quem prestavam obediência, uma obediência *amorosa*, porque voluntária e consentida. Esta proteção, no

²² MACHADO, Cacilda. A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.; GÓES, Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. – 3ª ed. rev. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

²³ SCHWARTZ, Stuart B. A sociedade do açúcar. In: _____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988, p. 331.

²⁴ VIEIRA, Antônio. Sermão Vigésimo do Rosário. In: BOSI, Alfredo (org.). *Essencial Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 207-245.

caso da relação entre o senhor e seus escravos, podia materializar-se justamente no estabelecimento do compadrio na pia batismal.

De fato, quando analisamos os batismos de escravos em São Gonçalo, vemos que o número de proprietários seiscentistas que apadrinharam seus escravos foi mínimo. Para o período entre 1646 e 1668, das 445 crianças filhas de 373 mães escravas distintas, apenas 13 (2,9%) foram apadrinhadas por seu próprio proprietário.

Dos 13 rebentos escravos batizados por 13 proprietários distintos, quatro eram filhos de mães e pais escravos, quatro de mães solitárias e cinco eram filhos de mães escravas e pais livres. Ao buscar dados sobre estes pais livres, a ausência de informações mais refinadas a respeito destes sujeitos impossibilitou que eu verificasse sua naturalidade, profissão ou cor. Contudo, pude constatar que nenhum deles era proprietário de escravos, e tampouco provinham de famílias da nobreza da terra. Considerando a hipótese de tratar-se, portanto, de homens livres pobres ou libertos, vemos que não eram apenas as crianças oriundas de uniões ilícitas entre escravas e nobres da terra que logravam proteção de sujeitos da nobreza. Através de compromissos de proteção gerados na pia batismal, membros da elite senhorial da terra estabeleciam pactos de amizade com indivíduos de *status* inferior.

Das 26 crianças escravas do capitão Jerônimo Barbalho levadas à pia batismal, apenas uma foi apadrinhada por ele. Em 1656, Barbalho batizou Angela, filha de Felícia, sua escrava, e Joseph, homem livre. Não obtive nenhuma informação a respeito da cor ou procedência de Joseph, mas considerando a ausência de sobrenome, suspeito se tratar de um homem saído do cativo. Nascido livre ou liberto, o fato é que sua relação com uma escrava serviu de ponte para o estabelecimento de redes de aliança e compadrio com um membro de uma das primeiras famílias conquistadoras da capitania. De modo semelhante, por meio do batismo, Jerônimo Barbalho, capitão, senhor de engenho e filho de um dos governadores do Rio de Janeiro, tornou-se parente espiritual da escrava Felícia.

A história de Felícia e sua filha, ao que parece, não confirma a hipótese de Schwartz de que o apadrinhamento de escravos por seus proprietários ameaçava a autoridade destes últimos perante os primeiros. Pelo contrário, reforçava-a, na medida em que a construção de parentescos rituais e relações de compadrio entre senhores e escravos pressupunha uma estratificação no interior do próprio cativo, e faziam parte, como ressalta Hebe Mattos,

de um mesmo código cultural que reforçava o lugar social de cada um e as formas legítimas ou possíveis de transitar entre elas. A estabilidade desse arranjo social não se construía apenas sobre a violência e a desigualdade de recursos, mas *principalmente sobre o costume*, que abria atalhos e previa recursos (sociais e culturais) para conviver com a realidade da violência e da desigualdade. [grifo meu]²⁵

Este fenômeno de uma hierarquização das senzalas e, conseqüentemente, da conformação de uma elite escrava em seu interior surgia como mais uma expressão de uma hierarquia social de base costumeira e, portanto, repleta de fraturas. Através delas, cativos ampliavam seus espaços de autonomia e seus recursos à medida que criavam laços parentais com membros da nobreza da terra os quais, por sua vez, dependiam em algum grau destas redes na reiteração de seu *status*.

A estabilidade marital no cativo, assim como o estabelecimento de alianças verticais com senhores e de redes horizontais com cativos pertencentes a outras escravarias podiam potencializar as oportunidades de mobilidade social. Para os fidalgos das famílias principais da terra, a estabilidade nas senzalas e o apadrinhamento de escravos podia consolidar alianças com outros proprietários ao mesmo tempo em que ratificavam seu *status* perante o grupo. Além disso, reforçava sua legitimidade entre os cativos na medida em que simultaneamente introduziam um compromisso de lealdade e proteção e reafirmavam a existência de hierarquias no interior do cativo. Assim, a conformação de uma hierarquia social costumeira era reiterada pelos próprios cativos em seu intento de distinguirem-se dos demais no âmbito da *casa*.

Referências bibliográficas

Livros

ABREU, Maurício de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda. & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750)*. Conferência apresentada para concurso público para professor titular. IFCS, RJ, 2005.

_____; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1ª ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 3v.

²⁵ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. – 3ª ed. rev. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013, p. 79.

- GÓES, Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.
- _____.; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- _____.; BICALHO, F., GOUVÊA, M.F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1ªed.2001].
- _____.; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso. Séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- _____.; J., GOUVÊA, M.F. (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2008 [1ªed.1933]
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X: FAPERJ, 2008.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1ªed.1985].
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. – 3ª ed. rev. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo. A dívida e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Gráficos, quadros e figuras

Gráfico 1. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Porcentagem de mães livres distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, Freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660. Excel.

Gráfico 2. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Porcentagem de mães escravas distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660. Excel.

Quadro 1. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Número de mães livres distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, Freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660. Excel.

Quadro 2. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Número de mães escravas distintas segundo a condição jurídica e social de seus parceiros e de seus compadres, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660. Excel.

Figura 1. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Genealogia dos Barbalho Bezerra, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, século XVII. Word.

Figura 2. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Redes de compadrio de Jerônimo Barbalho com livres e senhoriais, freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, século XVII. Word.

Figura 3. AGUIAR, Júlia Ribeiro. Senhoriais e livres e seus compadres – freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ, 1651-1660. Word.